



DOSSIÊ: A HERANÇA DA REFORMA: POR UMA LEITURA DA REFORMA
L'EREDITÀ DELLA RIFORMA: PER UNA LETTURA DELLA RIFORMA

RESENHAS E RECENSÕES / BOOK REVIEWS

José Adelson Lopes Peixoto¹

Resenha da obra: CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016. 221p

Nessa obra, o autor esboça algumas análises sobre as analogias entre memória e identidade; refuta a noção de que uma exista independente da outra, bem como considera impossível existir lembrança sem esquecimento, pois somente a memória permite a criação da noção de duração e esta, por sua vez permite entender questões como continuidade ou ruptura. Partindo dessa perspectiva, reforça a ideia da indissociabilidade entre memória e identidade e afirma que o surgimento de elos entre os diversos estágios da vida do sujeito só é possível se este tem um prévio entendimento sobre o quanto esta sequência temporal é significativa para si.

O francês Joel Candau é antropólogo e atua como professor de Antropologia na Universidade de Nice-Sofia, na França. Coordena o Laboratório de Antropologia e Sociologia Memória, Identidade e Cognição Social (LASMIC), e desenvolve pesquisas sobre antropologia sensorial e cognitiva, antropologia da cooperação e abordagens naturalistas nas ciências sociais, tendo como objeto de pesquisa os temas referentes às diversas formas de memória compartilhada ou supostamente compartilhada (memória familiar e genealógica, memória coletiva etc.), distinguindo notadamente no trabalho de memória os aspectos protomemoriais, memoriais e metamemoriais.

Elencar a Memória e a Identidade como objeto de estudo não é pioneirismo de Candau, pois estudiosos clássicos e contemporâneos como Pierre Nora, Maurice Halbwachs, Phillipe, Norbert Elias, Roger de Chatier, Michael Pollack, Stuart Hall, Verena Alberti, Paul Ricoeur,

¹ Doutorando em Ciências da Religião - Universidade Católica de Pernambuco, Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Auxiliar na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III – Palmeira dos Índios – Alagoas. E-mail: adelsonlopes@uneal.edu.br.

entre outros também as elegem como são temas fundantes das ciências humanas e sociais. Contudo, o seu trabalho é desafiador pois propõe o aprofundamento dos estudos sobre tais temas que são tão discutidos, elaborados e reelaborados em um dinâmico diálogo interdisciplinar. Apesar da gama de estudos, é nos estudos de Halbwachs (*A Memória Coletiva*) e Pierre Nora (*As Leis da Memória*) que o autor se apoia com maior frequência em sua abordagem nessa obra.

O livro é apresentado em seis capítulos que apresentam uma densa discussão sobre a faculdade da memória e sua ação na construção da identidade, a partir da exposição de conceitos duais, complementares e inseparáveis como particular e grupal, orgânico e cultural, lembrança e esquecimento, construção e difusão, coesão e cisão.

Na introdução, cinco ideias são apontadas como frequentes nos diversos estudos dessa seara, tais como: 1) os conceitos colocados como tema do livro são marcos iniciais para estudos nas áreas das humanidades 2) a identidade é elaborada, definida e redefinida na interação social, por isso é uma ininterrupta construção social; 3) a memória é uma reelaboração permanente, infinita e ininterrupta do passado, 4) a busca incessante pelos lugares da memória reside na articulação entre alguns fatores como as certezas do presente, a dissolução ou perda das marcas identitárias; 5) memória e identidade são indissociáveis.

Apesar de trazer uma temática amplamente discutida por historiadores, antropólogos, sociólogos e linguistas, a obra não deixa de ser inovadora e original pois traz o foco na abordagem antropológica do tema e discute-o em uma ótica sociocultural enaltecida das relações e interações entre o particular e o grupal no compartilhamento de práticas, hábitos, atitudes e saberes.

O capítulo 1, com o título de *Memória e identidade: do indivíduo às retóricas holísticas*, apresenta a densa tarefa de elencar conceitos e apontar questões referentes ao indivíduo em si mesmo, aspectos fundamentais dessa área de estudo, bem como discute as relações entre homem e o grupo social ao qual faz parte, ao tempo em que refuta, com muita propriedade, os conceitos e pressupostos apresentados e cristalizados pelas abordagens totalizantes sobre memória e identidade coletiva.

Para facilitar o estudo antropológico sobre a memória, o autor a classifica, enquanto atributo pessoal, em três categorias:

1) memória de baixo nível - se constitui pelo conhecimento e pelo compartilhamento de experiências entre os indivíduos que compõem determinado grupo social. Tais saberes fazem parte da categoria denominada de memória procedimental (apreendida pela repetição ou tradição), socialmente transmitida e resultante de pioneiras interações sociais. Pode, também, ser denominada de protomemória.

2) memória de alto nível - mais ampla, pois engloba experiências, conhecimentos, crenças, anseios e percepções compostas, algumas vezes por influências artificiais ou fulcros de memória. Pode ser constituída por lembranças ou por reconhecimentos

3) a metamemória – vai desde a reprodução individual da memória ao que expõe sobre a mesma, em uma constante ida e vinda do indivíduo ao seu passado. É, pois, uma memória modelada.

As duas primeiras categorias dependem da capacidade de memorização, enquanto que a terceira é uma reprodução dessa capacidade, pois é uma representação, é a única faculdade compartilhada enquanto elaboração social de alguns indivíduos a partir das transmissões coletivas do seu grupo específico.

Candau destaca que dimensão individual da metamemória é vinculada à indiscutível comprovação de uma capacidade – a memorização – já a dimensão coletiva é atribuída a uma suposta comunidade. Enquanto representação, essa dimensão pertence ao conceito de identidade, tanto individual quanto coletiva, já que as noções de semelhança ou pertencimento também são impostas.

Mesmo possuindo semelhanças com a partir da memória de baixo nível, a memória individual, apresenta duas diferenças palpáveis: a identidade pode carregar apenas aspectos mais particulares da realidade enquanto que as múltiplas formas identitárias traduzem marcas mais amplas do que um conjunto de costumes incorporados. Essas afirmações do autor situam a sua análise numa abordagem particular da identidade ao apresentá-la como uma construção a partir de relações, reações e interações sociais que, por sua vez, originam visões de mundo e sentimentos de pertença.

Na sua análise, o autor se afasta e discorda das retóricas holistas que direcionam suas abordagens e afirmações com o uso de termos, expressões e figuras totalizantes que tratam a temática como se esta fosse uma faculdade estável, durável e homogênea de indivíduos e representações das suas realidades empíricas. Apesar desse distanciamento teórico, acontecem

algumas aproximações quando aceita tais conceitos como ferramenta analítica ou como formas narrativas.

No capítulo 2, se debruça sobre a questão das variadas formas de elaboração e reelaboração da memória e da identidade enquanto ação individual, da memória à lembrança. Ao apresentar a vinculação entre identidade e memória, enfatiza que a primeira se materializa como uma descrição, uma fala que se manifesta como uma totalidade significante, que converge entre desejo e lembrança, pautada nos seguintes processos: o caráter do evento rememorado, o contexto sincrônico do evento e da recordação.

Tais processos se manifestam coletivamente, surgem na intersecção das imagens com a linguagem e permitem a conservação de memórias sólidas ou fortes que possibilitam a criação de marcas identitárias que reforçam os sentimentos de procedência, historicidade e pertencimento, pois as memórias fracas são fluidas e se fragmentam à medida que as identidades se remodelam ou geram novas.

O capítulo 3 é destinado a discussão sobre as formas de assimilação da memória como faculdade de controle e subordinação do tempo, ação que se dá a partir de uma estruturação ancorada na origem do fato ou evento rememorado. O autor parte de abordagens filosóficas e antropológicas sobre a temporalidade, afirmando que o tempo social e o lugar de origem do indivíduo interferem e definem a sua concepção de memória.

O ponto chave da contribuição desse capítulo reside na distinção entre memória forte e fraca, definindo a primeira como sólida lógica, densa e intensa, organizadora do sentido e mais facilmente encontrada em grupos pequenos, onde a transmissão e assimilação é mais eficiente. Já a segunda, não possui características bem definidas ou concretas, o que dificulta seu compartilhamento entre as pessoas. Segundo o autor, esse segundo tipo tende a ser desorganizadora e pode contribuir para a desagregação de um grupo, mas essa situação também pode acontecer com as memórias fortes, apesar de ser menos frequente.

Com uma abordagem relativista, o autor descreve as formas como os indivíduos apreendem e externalizam suas percepções das temporalidades, relacionando esses processos com as ideias de passado distante ou remoto e memória ampla, vinculados aos seus conceitos de memória forte e memória fraca. Tais discussões apontam para a função classificatória das memórias,

afirmando que tal função resulta na tarefa de ordenar o mundo a partir daquilo que é significativo para o grupo.

Concluindo o capítulo, defende que a passagem de lembrança à memória está ligada a capacidade de significação, classificação e posterior escrita, sendo que esta última infere na ordenação do mundo. Afirmar ainda que a memória pode ser comparada a um arquivo, com infinitas gavetas e em cada uma gaveta os indivíduos ordenam e armazenam um conjunto de lembranças. No momento oportuno, obedecendo a um estímulo, a gaveta é aberta e o seu conteúdo é retirado, ressignificado e utilizado para moldar o modelar a identidade,

No capítulo 4 Candau amplia o conceito de memória coletiva à medida que procura reduzir a confusão entre memórias individuais e coletivas ao propor que a protomemória e a memória propriamente dita são faculdades individuais e como tais não podem ser compartilhadas. Já a metamemória (memória coletiva) pode ser compartilhada. Dessa forma, o autor chama a atenção para o cuidado necessário com as pesquisas nessa área, pois muitos são os trabalhos que apresentam confusões conceituais ao apresentar relatos individuais como se esses traduzissem a história de um grupo social.

As memórias coletivas estão ligadas a três aspectos: a idade da comunidade (envolvendo os mitos fundadores e as idades cronológicas), as genealogias (principalmente as questões de poder dos grupos dominantes sobre os dominados) e o saber técnico (destacando as formas de apropriação e transmissão dos saberes às gerações futuras). É o conjunto desses aspectos que pode ser denominado de memória longa, mas é a forma como um grupo se reconhece neles que permite a Candau denominar de memória coletiva.

O capítulo 5 trata da discussão sobre a memória genealógica e familiar, da comemoração e sobre os lugares de memória; destaca o caráter prático dessa faculdade mesmo quando associada a patrimônio. Afirmar que o patrimônio não pode ser estudado como mais um conteúdo e sim como uma prática da memória que obedece a um esquema mental de afirmação de mesma.

Ao classificar o patrimônio como prática da memória, destaca a importância da escrita, pois esta permite à sociedade transpor as inscrições das pedras e do mármore das tumbas e templos do passado, lhes conferir significado e impulsionar a criação de um processo de identificação, seleção, memorização e registo dos eventos, à medida que os transforma em suporte à memória.

O **capítulo 6** retoma e aprofunda a discussão sobre a passagem entre as formas individuais e coletivas da memória e da identidade a partir dos processos de transferência e recepção, invenção e construção, destruição e desmoronamento. Candau se apropria da mitologia egípcia sobre a apresentação da escrita para tratar, em um diálogo profícuo, nos três últimos capítulos, das possibilidades do uso da escrita na elicitación e transmissão dos fatos comuns ou corriqueiros (através da sua conservação) e das dificuldades da preservação da memória, contrariando a obsessão da sociedade contemporânea com a exaltação do presente e da sincronia.

Trata-se de uma obra densa e de linguagem pouco comum, porém salutar para promover a diferença entre a reprodução e a invenção da tradição, identificadas como atividades memorialistas, que permitem a promoção de reconstruções da noção de identidade, passando de uma perspectiva tradicionalista, legitimadora do presente, para uma perspectiva mais inovadora que se propõe a vincular passado e presente em constantes idas e vindas temporais a partir das lembranças fortes que geram referências objetivadas.

Nos três últimos capítulos a discussão sobre patrimônio ganha destaque e este é apontado como um conceito que se centra em uma materialidade mais reivindicada do que herdada e menos comunitária que conflitiva. A obra aponta para a necessidade de se dar maior ênfase a crítica do que às concepções totalizantes do patrimonialismo, que tem se convertido em perspectivas performáticas dos conceitos e abordagens da memória, quando favorecem o passado como estaque e como guardião da verdade, conferindo-lhe um status de autenticidade e pureza ou de representação estereotipada do pertencimento que por sua vez cria um amplo relativismo patrimonial e múltiplas formas de melancolia e idolatrias identitárias.

Ao reconhecer que existem arcabouços de memória individual e coletivas (vagas, abundantes e complexas) com variadas etapas de obtenção e apropriação não rejeita a concepção de novos processos onde as grandes memórias esvaecem ou são aniquiladas. Afirma, ainda que outras memórias prolixas e abundantes são igualmente elaboradas, justificando identidades em ressignificação ou reelaboração. Contudo, o texto busca um equilíbrio entre a apreensão dos conceitos de memória e de identidade, evitando ambiguidades entre os mesmos.